



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA N. 242 DE 24 DE MAIO DE 2016 (*)

A VICE-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no exercício da presidência e usando da atribuição conferida pelo art. 21, inciso XXXI, do Regimento Interno e atendendo ao disposto no art. 54, inciso III, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º Publica, na forma do anexo, o relatório de gestão fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2016, consoante previsto no art. 55, § 2º, da Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. LAURITA VAZ

(*) Retificado o número da Portaria de 450 para 242 no DOU de 10.6.2016, Seção 1, p. 132.

PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2015 A ABRIL/2016

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL (C) = (A) + (B)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	938.909.854,79	35.438.918,83	974.348.773,62
Pessoal Ativo	647.110.406,40	22.616.335,40	669.726.741,80
Pessoal Inativo e Pensionistas	291.799.448,39	12.822.583,43	304.622.031,82
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	277.711.492,60	17.063.477,22	294.774.969,82
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	342.662,31	0,00	342.662,31
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	14.626.687,24	17.063.477,22	31.690.164,46
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	262.742.143,05	0,00	262.742.143,05
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	661.198.362,19	18.375.441,61	679.573.803,80

AFURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			700.438.647.763,34
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,097021%	0,002623%	0,097021%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,223809%		1.567.644.733,17
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,212619%		1.489.262.496,51
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 39 da LRF) - <%>	0,201428%		1.410.880.259,86

PONTE: TESOURO GERENCIAL e SIAP OPERACIONAL, Secretaria de Orçamento e Finanças, 17/mai/2016, 14hs 30 min.

1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência

as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

SERGIO JOSÉ AMÉRICO PEDREIRA
Diretor-Geral
Em exercício

SULAMITA AVELINO CARDOSO MARQUES
Secretária de Orçamento e Finanças

CLÁUDIA MARIA LOPES DANTAS
Secretária de Controle Interno em exercício